



Projeto Mulheres, cidadãs que podem! Capacitação para a liderança e empoderamento político

Project “Women who can do it!”. Training for leadership and political empowerment

Telia Negrão*

Leina Peres Rodrigues**

Resumo: As barreiras ao empoderamento político das mulheres são constituídas de fatores objetivos e subjetivos, como a falta de dinheiro, legislação, horas de trabalho doméstico, cultura machista e relações desiguais de gênero, o que constitui um sistema de gênero. Dotar mulheres de habilidades para compreender e superar estes desafios é o objetivo de um projeto desenvolvido no Rio Grande do Sul por uma entidade não governamental, experiência relatada neste ensaio.

Palavras-chave: Gênero. Política. Empoderamento. Feminismo.

Abstract: Barriers to political empowerment of women are made up of both objective and subjective factors, such as lack of financial resources, legislation, hours spent in housekeeping, sexist culture and unequal power in gender relations, all of which constitutes a gender system. To provide women with abilities to comprehend and overcome such challenges is the aim of a project developed in Rio Grande do Sul, Brazil, by an non-profit NGO, whose experience is depicted in this essay.

Keywords: Politics. Empowerment. Feminism.

Introdução

São crescentes e inexoráveis: a presença das mulheres na vida social e econômica, as mudanças nas relações familiares e afetivas pressionadas pelo ingresso no mercado de trabalho e a reivindicação por igualdade. Este novo contexto enquadra temas como cidadania, participação, democracia e poder nas pautas sociais, debates, estudos e pesquisas, disputando a centralidade com as temáticas de opressão e discriminação. Essas últimas ganham materialidade na violência de gênero cotidianamente vivida e, por vezes, midiaticizada graças à sua elevada potência,

* Bacharela em Comunicação e Mestra em Ciência Política. Contato: <teliabr@gmail.com>.

** Mestra em Ciências Sociais. Contato: <leinaperes@gmail.com>.

reforçando a relação entre a falta de poder para decidir sobre assuntos que afetam diretamente a população feminina e a falta de interesse de toda a sociedade. Isto acaba levando à produção de consequências e novos desafios à criação de estratégias para uma reversão dessa realidade.

A proposta deste trabalho é refletir sobre a baixíssima representação política com o relato de uma experiência de formação de mulheres para o exercício da cidadania, tendo como elemento de análise a constatação de que as relações de gênero, desiguais na sociedade, inibem e afastam as mulheres dos espaços político-institucionais decisórios. Essa lacuna propicia a alimentação de uma cultura de violência e discriminação, e não raro do estupro como mecanismo de controle das mulheres, bem como seu apagamento social. Atuar no fortalecimento de suas capacidades de incidir na política partidária, na agenda eleitoral e das políticas públicas, é a proposta dessa experiência. A trajetória escolhida para este relato inicia-se com a apresentação de dados com os quais trabalha o projeto “Mulheres, cidadãs que podem!”, traz reflexões teóricas de autoras do campo feminista que embasaram este projeto e descreve o percurso metodológico e de conteúdo escolhido para sua aplicação. Por fim, agrega algumas considerações acerca da experiência em curso.

Cenário em debate

Os inúmeros estudos elaborados para medir o crescimento da presença feminina nos espaços de poder e decisão em nível mundial revelam a persistência do padrão masculino como símbolo de poder: em duas décadas (de 1995 a 2015), computou-se um incremento de 200% nos sistemas legislativos, obtendo-se uma média mundial de 22% segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Como as mulheres são 51% da população do planeta, fica evidenciada a sub-representação feminina como um elemento antigo e duradouro, já que não se conhece nenhuma sociedade na história que tenha sido majoritariamente dirigida por mulheres.¹ Por outro lado, os relatos sobre a existência de algumas sociedades matriarcais sugerem a relação entre poder e valorização do mito materno² e sua superação (ou derrocada, segundo Engels) por um sistema masculino (patriarcal) que persiste e é identificado na maioria das sociedades.³

Seguindo nas evidências, números recentes sobre a relação entre demografia no Brasil mostram que as mulheres também constituem 51% da população, sendo 52% do eleitorado. Nos cargos de poder são 16% no Senado Federal e 10% nas Câmaras de Deputados,⁴ uma das mais baixas representações do mundo – 158ª posição entre 190 países estudados por uma entidade internacional.⁵ Uma pesquisa elaborada pela DataSenado (2015) levantou que há cerca de 13% de

¹ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Volume 1. Fatos e Mitos. Editora Difel, Rio de Janeiro, 1966.

² MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1992.

³ BEAUVOIR, 1949.

⁴ IBGE, TSE, 2016.

⁵ União Parlamentar Internacional.

mulheres em Câmaras de Vereadores e 11% em Assembleias Legislativas. Por sua vez, uma pesquisa de ONU Mulheres e Cepia (2011) sobre as instâncias decisórias dos partidos políticos encontrou 16% de mulheres nessas posições. Esse dado corrobora a tese de que a ausência de mulheres no mundo da política não é fato isolado, retratando a baixa cidadania feminina. Pela primeira vez na história, em 2011 elegeu-se uma mulher para a presidência da República, sofrendo um afastamento temporário pelo Congresso em seu segundo mandato.

Somadas todas as mulheres eleitas desde 1932, ano do reconhecimento do voto feminino no Brasil, até hoje, as 212 parlamentares não ocupariam a metade das cadeiras de um congresso. Somando as suas reeleições, teriam obtido 400 cadeiras em 83 anos do direito de eleger e ser eleita, segundo o estudo patrocinado pela ONU Mulheres.

Refletindo os debates do movimento de mulheres sobre esse quadro, a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada entre 2015 e 2016, deu-se com uma significativa alteração na metodologia de discussão proposta às conferências municipais e estaduais. Em lugar de vários eixos temáticos, apenas quatro conteúdos estruturantes: o fortalecimento do movimento de mulheres e sua agenda, dos organismos de políticas para as mulheres e de gênero (OPMS), a criação de um sistema nacional de gestão das políticas para as mulheres e, por fim, a reforma do sistema político a partir de uma plataforma originada das lutas sociais. Eis uma guinada que expressou, mesmo com muito atraso, as reflexões ocorridas a partir de 1995, em Pequim.⁶ Nessa última conferência mundial histórica, foi defendida a necessidade de transitar para uma agenda de empoderamento político porque, embora toda forma de participação seja válida, é necessário que se passe do discurso que descreve como as desigualdades se expressam tanto no público como no privado para uma ação propositiva com vistas a interferir no processo de construção da igualdade.⁷ Ou, como diz Virginia Vargas⁸ não há mais lugar nem esfera que não pertença às mulheres desde o advento das transformações globais, o que significa articular as lutas sociais com as políticas públicas e também o trabalho pela ocupação, pelas mulheres, dos espaços de poder e decisão, inclusive nas esferas de Estado.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se no período pós-Pequim o debate sobre o significado do empoderamento das mulheres, menos de uma perspectiva individual, e com ênfase no sentido coletivo e de cidadania. Uma dessas reflexões é proposta por Taylor,⁹ para quem o empoderamento político é um processo através do qual as mulheres podem obter o direito de participar no exercício

⁶ Conferência Mundial para a Mulher ocorrida na China e que aprovou a Plataforma de Ação Mundial para as Mulheres.

⁷ BAREIRO, Line. El estado, las mujeres y la política través de la historia latinoamericana. In: *De poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*. Memoria del II Seminario Nacional. Repem. Montevideo, 2000.

⁸ VARGAS apud BAREIRO, 2000.

⁹ TAYLOR apud BAREIRO, 2000.

do poder político por meio de instituições formais como as estruturas governamentais, os processos parlamentares e as organizações, com vistas a promover um movimento de transformação social. Para ela, o empoderamento político ajuda a aumentar o poder e o controle das mulheres sobre suas próprias vidas, a tratar as desigualdades estruturais e os assuntos sistêmicos e a ter influência como força coletiva na sociedade e na tomada de decisões.

Outro enfoque é trazido por Bareiro.¹⁰ Esta autora parte da constatação de que a elevada participação feminina nas organizações informais ou não convencionais, como associações, comitês, lutas comunitárias, tem baixo impacto nas decisões. Assim, segundo ela,

Pode-se exercer a cidadania em qualquer âmbito vinculado ao público. Porém ressaltam entre os temas que mais preocupam as mulheres da América Latina a sua escassa participação nas decisões sobre normas obrigatórias para o conjunto da sociedade, na condução dos negócios públicos, na disposição sobre recursos sociais e na administração da justiça. Assim, passou a ser uma prioridade na agenda das mulheres a ampliação da sua cidadania através da representação e presença nos poderes de estado e nas instituições públicas e sociais.¹¹

Independentemente dos indicadores e cálculos de percentuais, alguns dos quais contestados,¹² basta olhar uma foto do Congresso Nacional brasileiro para obter-se o dado da realidade: as cotas eleitorais não vêm respondendo positivamente quanto à eleição de mulheres, alimentando uma outra contradição de caráter paradoxal, pelo fato de a presidência da República ser exercida por uma mulher eleita pelo voto popular. Entretanto tem sido uma característica o questionamento frequente de sua competência. Isso não raro por meio de estereótipos, que, de um lado, duvidam de sua capacidade de agir como um homem e, de outro, questionam a sua feminilidade.

Revelam-se, assim, as profundas raízes culturais e históricas desse problema, identificado como “fundamentos da sociedade brasileira” por Carvalho,¹³ que identifica a tradição patriarcal como um forte componente no comportamento do povo brasileiro. Revelam-se, igualmente, algumas dificuldades de disseminar no país a ideia da paridade de gênero por meio da criação de condições de melhor participação das mulheres. Para efeito de ilustração, introduz-se aqui o conceito de teto de cristal em uso pela ciência política, segundo o qual mesmo com regras de incentivo à igual participação ocorrida em alguns países europeus, fatores culturais impedem as mulheres de rompê-lo e se constituírem na metade das que representam e decidem: “uma barreira intangível, transparente, porém real, que impede sua mobilidade vertical”.¹⁴ Em 2014 e no primeiro semestre de 2015, por exemplo, os debates sobre a reforma política no Brasil não resultaram em

¹⁰ BAREIRO, 2000.

¹¹ BAREIRO, 2000, p. 26.

¹² ALVES, José Eustáquio Diniz. Desigualdade de gênero no Brasil e o GGGI. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/media/GGGI_Global%20Gender_Gap_Index_Jos%C3%A9%20Eust%C3%A1quio_pdf.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2014.

¹³ CARVALHO, 2002.

¹⁴ REPEM, 2006, p. 35.



progressos para as mulheres. Pelo contrário, o Congresso foi palco de momentos de grande tensão e violência para as parlamentares identificadas com o feminismo e também de derrota para propostas de cotas de 30% de vagas nas coligações partidárias, entre outras. Entre as várias teses em disputa, encontram-se as apresentadas pela Plataforma dos Movimentos Sociais e pela Campanha Mais Mulheres na Política, que defendem mudanças no sistema político – e não somente eleitoral – para alterar o rumo para a efetiva incorporação das mulheres na cidadania. Mas nem nas regras eleitorais ocorreram avanços substantivos.

Por outro lado, no Brasil o surgimento de políticas públicas para o combate às desigualdades, em especial à violência de gênero, é reconhecido como fruto das lutas feministas pela cidadania, no processo de democratização do país e até a atualidade. A manutenção dos mecanismos discriminatórios que obstaculizam a inserção igualitária na sociedade, assentados na cultura de caráter patriarcal, realimenta relações desiguais e hierarquizadas entre gêneros, as quais se articulam e se somam a outras discriminações de tipo racial e étnico, por idade, local de moradia, deficiência, sexualidade e outras mais. Segundo um estudo do Dieese,¹⁵ o tempo gasto em trabalhos domésticos pelas mulheres casadas, com filhos, vivendo com o cônjuge e trabalhando fora (34/44 horas) é de 31 horas semanais, o que significa que o tempo de vida das mulheres se esgota entre as tarefas produtiva e reprodutiva, restando-lhes quase nada para lazer, educação e descanso, assim como para a participação e representação política.

Ao longo das últimas décadas, na tentativa de reverter essa situação e atendendo a recomendações internacionais (Formas de Discriminação contra a Mulher, Pequim, Cairo), adotaram-se propostas para reversão desse quadro, consubstanciadas nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, com repercussões nos estados e municípios. Em particular, destacam-se algumas medidas de estímulo à participação feminina na tomada de decisões. Além dos mecanismos de compensação (para mulheres), outras medidas têm sido o incentivo à composição das instâncias partidárias, participativas e de controle social. Mas essa presença, segundo vários estudos,¹⁶ não significa que automaticamente as pautas desses mecanismos e/ou instituições reflitam as agendas das mulheres, em razão das suas dificuldades de articular participação com representação.¹⁷ Isso demonstra, segundo a filósofa francesa Françoise Collin,¹⁸ que na raiz do conceito de cidadania está a necessidade de sua permanente ressignificação. Ou seja, quando há novos atores/atrizes alcançando a cidadania, esta precisará ser repensada e redefinida como um

¹⁵ DIEESE, *Anuário das Mulheres Brasileiras*, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31B027B80131B40586FA0B89/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>>.

¹⁶ COSTA, AM. *Atenção integral à saúde das mulheres: quo vadis? Uma avaliação da integralidade na atenção à saúde das mulheres No Brasil* [tese]. Brasília (DF): Universidade de Brasília; 2004. Guertechin TL.

¹⁷ Prá e Negrão, 2006.

¹⁸ COLLIN, Françoise. La démocratie est-elledémocratique? In: *La SociétésdesFemmes* : LescahiersduGrif. Beuxelas : Editions Complexe, 1992.

espaço político e social. A chegada das mulheres nos espaços de poder em todo o mundo questionou para sempre o conceito do público e passou a exigir novas formas de significar a participação.

Resultados eleitorais recentes demonstram que os desafios são elevados e que impactam o acesso contínuo das mulheres às políticas públicas, na medida em que, como propõem Prá e Negrão,¹⁹ essas são o conjunto de processos mediante os quais as demandas sociais se transformam em ações públicas e a sua concretização demanda um longo processo no qual emergem concepções e valores sobre a temática, tensões e divergências de prioridades entre atores/atrizes de distintos cenários, logo, sujeita às pressões sociais e às vontades políticas.

Em outras palavras, significa dizer que sem força política não se obtêm mudanças no direcionamento das políticas públicas, e que sem as mulheres presentes nesse cenário de disputa isso se torna um processo ainda mais longo e quase impossível de ser obtido. E sem a efetiva participação das mulheres nos processos decisórios, as conquistas obtidas correm o risco de ser transformadas em “benesses”, sendo as mulheres consideradas meras beneficiárias, usufruindo passivamente da cidadania – uma equação que não altera os jogos de poder na sociedade.²⁰

Esses elementos, constituintes da situação vivida por metade da população brasileira, e a percepção do desejo crescente de participação, por sua vez, interpelam os movimentos de mulheres e feministas. Questões como o significado da participação, da representação, controle social e instâncias participativas merecem ser refletidas em profundidade. De acordo com Silva,²¹

não basta participar de conselhos, mesmo que a pessoa tenha condições técnicas e até mesmo condições políticas para argumentar frente aos representantes governamentais. Se esta participação não estiver profundamente articulada com os movimentos sociais que atuam naquela área... ela vale bem pouco.

Na reflexão realizada por Prá e Negrão, ao analisarem as questões de gênero no orçamento participativo de Porto Alegre no ano de 2005, identificou-se que a dificuldade de as mulheres transitarem da democracia participativa para a representativa se assentam em fatores de ordem cultural e padrões patriarcais/machistas nas quais as instituições estão imersas e na falta de medidas para qualificar sua intervenção e dominar processos decisórios.

A experiência de capacitação de mulheres

Tendo como referência tal realidade, e as reflexões políticas e teóricas acima apresentadas, a organização não governamental Coletivo Feminino Plural elaborou o projeto “Mulheres, cidadãs que podem! Capacitação para a liderança e empoderamento político”. A estratégia soma-se ao programa existente há mais de uma década destinado ao empoderamento político de mulheres,

¹⁹ PRÁ; NEGRÃO, 2006.

²⁰ Cf. PRÁ; NEGRÃO, 2006.

²¹ SOS Corpo, 2007, p. 150.

reformatado para adequar-se a uma linha de política pública nacional. Com 20 anos de existência (1996), ela é uma organização situada em Porto Alegre, tendo sido fundada por um grupo de feministas comprometidas com a luta contra a violência e com o empoderamento de mulheres e meninas. Envolvidas com a defesa dos direitos humanos e com a agenda produzida pelas Conferências Internacionais das décadas de 1980 e 1990, bem como no processo de democratização do país, estas ativistas feministas definiram como prioridade o trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade através de ações para seu despertar para a cidadania; e com adolescentes, no acesso a informação e meios de aceder políticas públicas pela tomada de consciência de seus direitos humanos.

Ao ser fundada, a entidade passa a desenvolver o ativismo, a atuar nas instâncias de articulação do movimento de mulheres, no monitoramento das políticas públicas e com projetos autofinanciados de educação para o exercício dos direitos humanos e da cidadania plena das mulheres e meninas e de defesa desses direitos. Suas ações são voltadas para facilitar o acesso das adolescentes, jovens e mulheres adultas ao conhecimento, aos espaços de poder e trabalho, promovendo a autonomia econômica, social e de mulheres de todas as idades, atuando no fortalecimento de consciências críticas.

Neste projeto, por meio de ações de formação para a cidadania ativa e de incentivo ao ativismo social e político, à participação político-partidária e o fomento na criação de grupos feministas, o grupo pretende ampliar e qualificar a participação das mulheres em espaços coletivos de tomada de decisão, ao mesmo tempo em que reflete sobre a necessidade de mudanças no sistema político em vigor. Para sua elaboração e implementação, a entidade tem a parceria do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIEM/UFRGS), espaço onde atuam várias das integrantes da entidade.

A proposta deste projeto foi apresentada à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2015,²² obtendo sua aprovação, tendo como principais objetivos: a) Capacitar mulheres líderes de diversos segmentos sociais do Rio Grande do Sul em temas de: relações de gênero, cidadania, participação, partidos políticos, sistema político, representação, direitos humanos, formação do Estado, democracia, políticas públicas, legislação, diversidade étnico/racial, etária, sexualidade, deficiência e outras entre as mulheres, e comunicação. Colabora, assim, para a ampliação de mulheres na disputa de cargos no poder legislativo, no poder executivo e nas gestões públicas, aumentando sua presença no mundo público; b) Sensibilizar a sociedade sobre a necessidade da participação cidadã e da organização das mulheres de diferentes regiões

²² Emenda Parlamentar da Deputada Maria do Rosário Nunes.



do Rio Grande do Sul para promover mudanças na composição das instâncias de decisão; c) Difundir pautas sobre políticas públicas de gênero na sociedade como um todo.

Ao elevar a capacidade das mulheres de intervir na vida pública, formando cerca de 280 mulheres de seis das nove Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul, o projeto trabalha para despertar-lhes o desejo de transformarem-se em ativistas e quadros políticos e para a participação nos diversos processos que decidem sobre as leis e as políticas públicas, de acordo com o previsto no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Dessa forma, a proposta busca, por um lado, qualificar a participação das mulheres, na sua diversidade, vincular a presença em instâncias com o movimento de mulheres e feminista como espaços de mobilização social e de construção de argumentos, a formação de alianças e agendamento público dos problemas sociais para potencializar mudanças sociais; e, por outro, busca incluir as mulheres por meio de um processo educativo de compartilhamento de informações, construção de novos conhecimentos, compreensão de vivências individuais como parte de uma trajetória do conjunto das mulheres, construindo uma força poderosa para a transformação pessoal.

Formando um novo contingente de mulheres que já exercem algum tipo de liderança, em especial a liderança política, pretende também sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de mudanças na composição das instâncias decisórias do país, defendendo uma plataforma para a mudança do sistema político tendo como referência o proposto pela 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, sendo que difundir a agenda do movimento de mulheres é uma meta importante desse projeto.

Metodologia

O projeto “Mulheres, cidadãs que podem!” está sendo desenvolvido desde janeiro de 2016 no Rio Grande do Sul por um período de 12 meses, tendo como público-alvo as mulheres que exercem papel de lideranças em seus municípios e comunidades, observando a diversidade entre elas. As participantes são selecionadas entre filiadas ou não filiadas e ativistas dos diversos partidos políticos e do movimento de mulheres/feministas, inscritas para realizar as capacitações.

Dessa vez, o maior desafio constitui-se na aplicação de uma intervenção de ensino e aprendizagem para a participação, baseada na metodologia feminista de reflexão e ação sobre aspectos políticos e teóricos e sua relação com a experiência vivida,²³ adicionando vários elementos na perspectiva de disputar espaços no poder legislativo, executivo e nas gestões.

Assim, na primeira fase deste projeto, formou-se uma equipe de trabalho composta por quatro consultoras e ministrantes, que disponibilizam conhecimentos especializados em gênero,

²³ HARDING, 1987; CFP, 2009; SARDENBERG, 1993; PERESTROIKA, 2015.



direitos humanos e cidadania e com habilidades para articular esforços e ações para mobilizar um número de mulheres representativo do público-alvo ao qual o projeto se destina e para a sua gestão.

Formou-se ainda uma aliança com estudiosas do feminismo e da participação política para a implementação do projeto, atuantes no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), no Núcleo de Gênero e Religião das Faculdades EST, na Regional da Rede Feminista de Saúde e Fórum Estadual de Mulheres, além de buscar apoio em mandatos parlamentares que venham a aportar conhecimentos ao projeto, constituindo um Grupo de Trabalho do projeto. Do primeiro grupo capacitado em Porto Alegre, composto por mulheres das seis regiões funcionais selecionadas, foram escolhidas “mobilizadoras” que atuam em suas regiões funcionais, articulando e divulgando os encontros. Este é um trabalho de ativismo político, ao mesmo tempo de formação.

Algumas reflexões

Entre as primeiras percepções obtidas dessa experiência ainda em curso emerge a diversidade entre as mulheres por fatores relacionados a regiões, aspectos étnicos e raciais, políticos e mesmo geracionais, refletindo-se nas diferentes formas de se relacionar entre o público e o privado. As vivências individuais e coletivas, insumo de primeira grandeza na metodologia escolhida, e a possibilidade de compartilhá-las de forma solidária, afetiva e criativa, promoveram grandes impactos nos conteúdos, nas posturas metodológicas e pedagógicas das ministrantes/facilitadoras. Dessa forma, a cada turma procedeu-se a ajustes em conteúdos e técnicas de trabalho, repensando-se o papel do “fio condutor”, uma espécie de ligação pela reflexão e debate que se procede a cada novo momento.

O ambiente político turbulento do país no primeiro semestre de 2016 e a agudização da crise política impactaram, de forma significativa, na postura e nos discursos das participantes. Passou-se por momentos de alta e baixa mobilização e motivação, e exigiu-se da equipe de trabalho a busca de estratégias motivacionais e de adaptação a circunstâncias.

Por outro lado, com a diversidade da experiência, desafios propostos como a elaboração da fala pública com enfoque de gênero e a construção de planos de vida foram ressignificados para responder à realidade de cada local, ora surgindo como plano de uma candidatura a vereança, ora como estratégia para reconstruir um conselho de direitos local ou um fórum regional de mulheres, ou ainda para a conquista de uma política pública.

As temáticas do poder e do empoderamento se revelam, por sua vez, como tabus a serem desvendados pelas mulheres, sendo necessários aportes teóricos e relatos de experiências para a compreensão do sentido desses temas, sem estigmas, estereótipos ou modelos previamente delimitados. A liderança das mulheres aparece como algo que se processa no curso de suas vidas



cotidianas, mas transformá-las em instrumentos para mudança de realidades prescinde de apropriação de conhecimentos, técnicas, conceitos, linguagem, de desvendar as próprias histórias das mulheres. Ao tomar contato com tantos novos significados, muitas mulheres revelam reler e ressignificar suas próprias vidas e crenças, recolocando-se em lugares mais desafiadores e protagonistas. Uma experiência de elevada exigência de reflexão e cognição, mas também de muitos afetos, que só uma experiência tão horizontalizante no seu aspecto ético e metodológico pode permitir.

Referências

- BAREIRO, Line. El estado, las mujeres y la política través de la historia latinoamericana. In: *De poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*. Memoria del II Seminario Nacional. Montevideo: Repem, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Volume 1. Fatos e Mitos. Editora Difel, Rio de Janeiro, 1966.
- CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 7-13; p.29-229.
- COLLIN, Françoise. La démocratie est-elle démocratique? in: *La Sociétés des Femmes*, Lescahiers du Grif, Bruxelles, Editions Complexe, 1992.
- COSTA, AM. *Atenção integral à saúde das mulheres: quo vadis? Uma avaliação da integralidade na atenção à saúde das mulheres no Brasil [tese]*. Brasília: Universidade de Brasília; 2004.
- HARDING, Sandra. Is There a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press. 1987. Universidad de California en los Ángeles. E. U.
- REPEM. Las Mujeres y el Poder. Aprendiendo de las prácticas políticas de las mujeres. Red de Educación Popular Entre Mujeres de ALC. *Proyecto Formación y Capacitación Política de Mujeres*. Red URBAL. Uruguay, 2006.
- MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1992.
- SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. Feminismo, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M. Clara. *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1993.
- VARGAS, Virginia. La subversión de los feminismos latinoamericanos. In: *Memória del Seminario Internacional "Reestructura y Transformación Social"*. DAWN, Repem. Montevideo, 1999.
- SENADO FEDERAL. *Pesquisa as Mulheres na Política*. Cartilha. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/cartilha-mulheres-na-politica>>.
- ONU MULHERES; CEPIA. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Linhares Barsted, Leila; Pitanguy Jacqueline Orgs.*) Rio de Janeiro, Brasília. 2011. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>.
- PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. *As consequências da sub-representação das mulheres nos espaços de poder*. Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/noticias/artigos/1602-as-consequencias-da-sub-representacao-das-mulheres-nos-espacos-de-poder-.html>>.



PRÁ, Jussara Reis; NEGRÃO, Telia. Protagonistas ou beneficiárias? Questões de gênero e democracia no Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Ciências Sociais em Perspectiva* (Impresso), v. 4, p. 39-56, 2005.

PRÁ, Jussara Reis; NEGRÃO, Telia. Conexões, rupturas e capital social de gênero. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 12, p. 29-57, 2006.

[Recebido em: junho de 2016 /
Aceito em: julho de 2016]